



Regulamentação da Reforma Tributária

Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

2ª reunião técnica com assessorias da Câmara dos Deputados – 16/5/2024

Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

Ministério da Fazenda

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Agenda

- Regimes específicos 3
- SIMPLES e MEI 18
- Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio 23
- Compras governamentais 28
- Perguntas e respostas 32



Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

Regimes específicos

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Lei Geral | **REGIMES ESPECÍFICOS**

1. Combustíveis
2. Serviços financeiros
3. Planos de assistência à saúde
4. Concursos de prognósticos
5. Bens imóveis
6. Cooperativas
7. Bares e restaurantes
8. Hotelaria e parques de diversão e temáticos
9. Transporte coletivo de passageiros
10. Agências de viagens e de turismo
11. Sociedades Anônimas do Futebol – SAFs
12. Tratados internacionais

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – COMBUSTÍVEIS

- Todos os combustíveis regulados pela ANP
- Tributação monofásica
- Base de cálculo é a quantidade de combustível
- Alíquotas específicas com valores fixos por tipo e quantidade de combustível ("**ad rem**")
- Manutenção da carga tributária
- Diferencial competitivo para biocombustíveis e hidrogênio verde
- Creditamento permitido para empresas que consomem combustíveis
 - Vedação somente durante a cadeia de distribuição

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – SERVIÇOS FINANCEIROS

ESCOPO

- Intermediação financeira
 - Crédito
 - Câmbio
 - Títulos e valores mobiliários
 - Securitização
 - **Factoring**
- Arrendamento mercantil (**leasing**)
- Administração de consórcio
- Gestão e administração de recursos, inclusive fundos de investimento
- Arranjos de pagamento

- Mercados organizados, como bolsa de valores, infraestruturas de mercado e depositárias centrais
- Seguros e resseguros
- Previdência complementar
- Capitalização
- Corretores de seguros e demais intermediários de seguros, resseguros, previdência e capitalização
- Serviços de ativos virtuais

Obs. Não há incidência sobre receitas financeiras das empresas não-financeiras.

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – SERVIÇOS FINANCEIROS

REGRAS GERAIS

- **Base de cálculo:** margem da operação
- **Alíquota nacionalmente uniforme:** calculada de modo a manter a carga tributária sobre operações de crédito das instituições financeiras bancárias (art. 10 da EC), com regra própria para arrendamento mercantil
- **Creditamento para trás:** permitido integralmente, com base nos valores do IBS e da CBS pagos nas aquisições (alíquotas do fornecedor)
- **Creditamento para a frente - Regra geral - Permissão:**
 - Operações de crédito: desoneração do financiamento a empresas, por meio de creditamento sobre despesa financeira que excede a Taxa SELIC
 - Arrendamento mercantil
 - Arranjos de pagamento
 - Administração de consórcio
 - Seguros

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – SERVIÇOS FINANCEIROS

REGRAS GERAIS

- **Creditamento para a frente - Exceções - Vedação:**
 - Serviços financeiros prestados a pessoas físicas
 - Seguros relativos a pessoas físicas
 - Previdência complementar
 - Capitalização
 - Serviços adquiridos por fundos de investimentos
 - Alguns serviços financeiros tributados na margem
- **Obrigações acessórias específicas**, com período de apuração mensal
- O Comitê Gestor do IBS verificará o **local do destino das operações** com base nas informações recebidas e distribuirá o produto da arrecadação do IBS (segundo projeto de lei)

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – PLANOS DE SAÚDE

- **Base de cálculo:** valor dos prêmios e contraprestações, acrescidos das receitas financeiras das reservas técnicas, diminuídos dos gastos com cobertura de saúde, diretamente aos prestadores ou por meio de reembolso à pessoa física
- Alíquota nacionalmente uniforme, equivalente à dos serviços de saúde, com **redução em 60% da alíquota de referência**
- **Creditamento para trás:** permitido integralmente
- **Creditamento para a frente:** vedado
- **Obrigações acessórias específicas**
- Definição do **local da operação**, para fins de distribuição do produto da arrecadação do IBS, pelo Comitê Gestor

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – APOSTAS

- Todas as modalidades lotéricas, incluindo as apostas de quota fixa e os **sweepstakes**, o **fantasy sport** as apostas de turfe e as demais apostas, em meio físico ou virtual
- **Base de cálculo:** receita própria da empresa, que corresponde aos valores das apostas, diminuídas das destinações legais e dos prêmios pagos (**gross gaming revenue – GGR**)
- Alíquota nacionalmente uniforme, igual à **alíquota de referência**
- **Creditamento para trás:** permitido integralmente
- **Creditamento para a frente:** vedado
- **Obrigações acessórias específicas**

Lei Geral | **REGIMES ESPECÍFICOS – BENS IMÓVEIS**

- Não há incidência na venda e aluguel de imóvel por pessoa física
- O regime específico aplica-se para a venda e aluguel de imóveis por empresas com essa atividade-fim
 - Aluguel de curta duração (menos de 90 dias) tributado como hotelaria
- Base de cálculo:
 - na venda, o valor de venda ou valor de mercado
 - no aluguel, o valor do aluguel
 - redutor de ajuste na venda e no aluguel, com redução da carga efetiva
 - redutor social de R\$ 100 mil por imóvel residencial novo
- Alíquota reduzida em 20%
- Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB consolidará, em plataforma única, os dados dos imóveis

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – COOPERATIVAS

ADEQUADO TRATAMENTO AO ATO COOPERATIVO

- Desoneração completa das operações em que:
 - o associado destina bem ou serviço para a cooperativa de que participa; e
 - a cooperativa presta ao associado ou a seus familiares assistência técnica, educacional e social
 - ✓ Essa desoneração não vale para as seguintes cooperativas:
 - cooperativa de consumo (sujeita à regra geral);
 - cooperativa de crédito (sujeita a regime específico); e
 - cooperativa de saúde (sujeita a regime específico).

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – COOPERATIVAS

ADEQUADO TRATAMENTO AO ATO COOPERATIVO

- Regime optativo contemplando:
 - Desoneração das operações em que a cooperativa fornece bens e serviços ao associado para utilização como insumos na produção de bens ou prestação de serviços destinados à PRÓPRIA COOPERATIVA
 - Crédito presumido contemplando aquisição de insumos pelo associado e usado na produção de bens ou serviços destinados à cooperativa
 - Tributação das operações em que a cooperativa fornece bens e serviços ao associado para utilização como insumos na produção de bens ou prestação de serviços destinados para o MERCADO
 - O regime optativo não vale para cooperativas de produtores rurais e de transportadores autônomos, que são beneficiadas por crédito presumido nas entregas de bens e serviços de seus associados.

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – TURISMO E LAZER

BARES E RESTAURANTES

- Base de cálculo: valor da operação de fornecimento de alimentação e bebidas, excluída a gorjeta repassada integralmente ao empregado
- Alíquotas: percentual das alíquotas padrão de cada ente federativo, calculadas para manter a carga tributária atual
- Apropriação de créditos: vedada
- Transferência de créditos: vedada

HOTELARIA E PARQUES

- Base de cálculo: Valor da operação com serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos
- Alíquotas: percentual das alíquotas padrão de cada ente federativo, calculadas para manter a carga tributária atual
- Apropriação de créditos: permitida
- Transferência de créditos: vedada

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – TURISMO E LAZER

TRANSPORTES

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS FERROVIÁRIO E HIDROVIÁRIO URBANOS, SEMIURBANOS E METROPOLITANOS

- Base de cálculo: valor da operação com serviços de transporte coletivo de passageiros ferroviário e hidroviário urbanos, semiurbanos e metropolitanos
- Alíquotas: CBS e IBS reduzidos em 99%
- Apropriação de créditos: vedada
- Transferência de créditos: vedada

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E HIDROVIÁRIO INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS

- Base de cálculo: Valor da operação com serviços de transporte coletivo de passageiros ferroviário e hidroviário intermunicipais e interestaduais
- Alíquotas: percentual das alíquotas padrão de cada ente federativo, calculadas para manter a carga tributária atual
- Apropriação de créditos: permitida
- Transferência de créditos: vedada

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – TURISMO E LAZER

TRANSPORTE AÉREO REGIONAL

- Base de cálculo: valor da operação com serviços de transporte coletivo de passageiros aéreo regional
- Alíquotas: CBS e IBS reduzidos em 40%
- Apropriação de créditos: parcial, na proporção da redução de alíquota
- Transferência de créditos: permitida

AGÊNCIAS DE VIAGENS E DE TURISMO

- Base de cálculo:
 - Venda de passagens aéreas: valor da operação
 - Demais serviços de intermediação: valor da operação, deduzidos os valores repassados para os fornecedores intermediados pela agência
- Alíquotas:
 - Venda de passagens aéreas: mesma aplicável ao transporte aéreo (regional ou não)
 - Demais serviços: mesma aplicável aos serviços de hotelaria
 - Apropriação de créditos: permitida, exceto em relação aos valores que tenham sido deduzidos da base de cálculo
- Transferência de créditos:
 - Venda de passagens aéreas: permitida
 - Demais serviços: vedada

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – SAF

REGRAS GERAIS

- Manutenção do Regime de Tributação Específica do Futebol – TEF:
 - Tributos Federais
 - CBS e IBS
- **Base de cálculo:** Totalidade das receitas recebidas no mês
- **Alíquotas:** 4% (Tributos Federais); 1,5% (CBS) e 3% (IBS)
- **Creditamento:** Somente nas aquisições de direitos desportivos de atletas ("para frente" e "para trás")

TRANSIÇÃO

- De 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032:
 - CBS reduzida em 0,1% em 2027 e 2028
 - IBS:
 - 0,1% em 2027 e 2028
 - 0,3% em 2029
 - 0,6% em 2030
 - 0,9% em 2031
 - 1,2% em 2032

Lei Geral | REGIMES ESPECÍFICOS – TRATADOS

- IBS e CBS zerados sobre as operações com os seguintes bens ou serviços destinados a missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente e respectivos funcionários acreditados, nos termos do regulamento, desde que aprovadas pelo MRE
 - telecomunicação
 - energia elétrica
 - bens utilizados na edificação, ampliação ou reforma de imóveis
 - combustíveis para veículos oficiais
 - veículo de origem nacional
 - bens adquiridos diretamente do exterior
- Tratados internacionais internalizados
 - ato conjunto da autoridade máxima do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, ouvido o Ministério das Relações Exteriores



Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

SIMPLES e MEI

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Lei Geral | SIMPLES NACIONAL

DENTRO do Simples Nacional

- Dentro do Simples Nacional não há mudanças de mérito!
 - São necessárias adaptações do texto normativo para receber as novas regras de IBS e CBS (atualizações da LC, citações aos novos tributos, destaque em documento fiscal, anexos)
 - Exemplo 1: PLP 68/2024. Art. 478. A Lei Complementar nº 123, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18.

§ 1º Para fins de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses antecedentes ao mês anterior ao do período de apuração.

§ 1ºA.

I - RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses antecedentes ao mês anterior ao do período de apuração;

”
- Possibilidade de o optante pelo SN escolher apurar o IBS e a CBS fora do Simples Nacional (conforme PLP 68/2024, inclusive créditos na entrada), mantendo-se os demais tributos na apuração normal do SN

Lei Geral | SIMPLES NACIONAL

DENTRO do Simples Nacional

- Exemplo 2.
PLP 8/2024:

ANEXO XIX - ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio

(Vigência: 01/01/2027 a 31/12/2028)

Para os anos-calendários 2027 e 2028

Apresentação: 25/04/2024 12.

PLP n.68/2024

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	18,90%	378.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	CBS	CPP	ICMS	IBS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	15,33%	41,50%	34,00%	0,17%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	15,33%	41,50%	34,00%	0,17%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	15,33%	42,00%	33,50%	0,17%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	15,33%	42,00%	33,50%	0,17%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	15,33%	42,00%	33,50%	0,17%
6ª Faixa	13,58%	10,06%	34,02%	42,34%		

Lei Geral | **SIMPLES NACIONAL**

FORA do Simples Nacional

- Fora do Simples Nacional destacam-se dois:
 - Fim da Substituição Tributária beneficia muito as empresas do SN
 - Regras para geração de crédito para os adquirentes de bens e serviços dos fornecedores optantes pelo SN:
 - o o adquirente sempre terá direito de crédito pelo montante efetivamente pago pelo fornecedor optante pelo SN
 - o se o fornecedor apura o IBS e a CBS pelo SN, o valor destacado na nota fiscal será o valor devido no âmbito do SN
 - o se o fornecedor optou por apurar o IBS e a CBS fora do SN, estará sujeito às regras do PLP 68/2024 para o bem ou serviço fornecido e destacará o valor correspondente na nota fiscal

Lei Geral | MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Dentro do MEI

- Houve a inclusão do IBS e da CBS entre os tributos substituídos pelo regime de recolhimento do MEI
- Haverá redução do valor devido mensalmente pelo MEI:

(Vigência: 01/01/2033)

A partir do ano-calendário 2033

CBS	IBS	TOTAL
R\$ 1,00	R\$ 2,00	R\$ 3,00



Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

Zona Franca de Manaus e ALCs

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Lei Geral | Zona Franca de Manaus

Manutenção do diferencial competitivo

- Previsão de diversos instrumentos no PLP para replicar o diferencial competitivo da ZFM estabelecido atualmente pela legislação dos tributos que serão extintos (ICMS, ISS, PIS e Cofins), principalmente (arts. 424 a 438):
 - a) suspensão da incidência do IBS e da CBS nas importações de bens materiais realizadas por indústrias incentivadas estabelecidas na referida área, com conversão em isenção após o cumprimento dos requisitos;
 - b) redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS incidentes nas operações originadas fora da ZFM que destinem para ela bens industrializados de origem nacional;
 - c) crédito presumido de IBS para o contribuinte estabelecido na citada área em relação à aquisição de bens contemplados pela redução de alíquota apresentada no item anterior;

Lei Geral | Zona Franca de Manaus

Manutenção do diferencial competitivo

- d) redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS incidentes nas operações em que uma indústria incentivada na ZFM fornece bens intermediários para outra indústria incentivada na mesma área;
- e) crédito presumido de IBS para a indústria de bens finais estabelecida na ZFM que adquire bens intermediários com a redução de alíquotas explanada no item anterior; e
- f) crédito presumido do IBS e da CBS nas vendas de bens finais produzidos na ZFM por indústrias incentivadas.

Lei Geral | Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

- Regra geral: redução a zero das alíquotas do IPI (arts. 436 e 450)
 - A redução a zero alcançará mais de 95% dos códigos que atualmente possuem alíquota estabelecida na Tabela de Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi
- Exceção: será mantida a alíquota do IPI para os produtos que:
 - a) tenham sido industrializados na Zona Franca de Manaus em 2023 (art. 450); e
 - b) estiveram sujeitos a alíquota do IPI igual ou superior a 6,5% em 31 de dezembro de 2023 (art. 436).
- A redução a zero também não será aplicada aos bens de tecnologia da informação e comunicação previstos na regulamentação do art. 16-A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (art. 436).

Lei Geral | Áreas de Livre Comércio

Manutenção do diferencial competitivo

- Previsão de diversos instrumentos no PLP para replicar o diferencial competitivo das ALCs estabelecido atualmente pela legislação dos tributos que serão extintos (ICMS, ISS, PIS e Cofins), principalmente (arts. 439 a 448):
 - a) suspensão da incidência do IBS e da CBS nas importações de insumos realizadas por indústrias incentivadas estabelecidas nas mencionadas áreas, com conversão em isenção após o cumprimento dos requisitos;
 - b) redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS incidentes nas operações originadas fora das áreas de livre comércio que destinem para elas bens industrializados de origem nacional;
 - c) crédito presumido de IBS para o contribuinte estabelecido nas citadas áreas em relação à aquisição de bens contemplados pela redução de alíquota apresentada no item anterior;
 - d) crédito presumido do IBS e da CBS nas vendas de bens produzidos nas áreas de livre comércio em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional.

A shopping cart with a red handle and silver frame is filled with several cardboard boxes. The cart is positioned over a laptop keyboard, which is out of focus. The background is a blurred image of a computer screen displaying blue and white graphics.

Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

Compras públicas

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Lei Geral | Compras públicas

Redução uniforme de alíquotas

- As alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis às compras públicas, inclusive suas importações, serão reduzidas na proporção de um redutor uniforme calculado com base nos critérios estabelecidos pelo art. 359.
 - O objetivo do cálculo é estimar as alíquotas de IBS e de CBS que, aplicadas nas referidas as compras públicas, resultem na mesma arrecadação anteriormente gerada pelos tributos substituídos em relação às compras públicas.
- A redução não se aplica para as aquisições que, cumulativamente, sejam efetuadas de forma presencial e sejam dispensadas de licitação, nos termos da legislação específica.

Lei Geral | Compras públicas

Destinação de recursos

- O produto da arrecadação do IBS e da CBS sobre as compras governamentais será integralmente destinado ao ente federativo adquirente, mediante redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS devidos aos demais entes federativos e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante (art. 40).
- Essas regras aplicam-se também às importações efetuadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, de modo a assegurar a igualdade de tratamento em relação às aquisições no País.

Lei Geral | Compras públicas

Destinação de recursos

Demonstração gráfica com alíquotas exemplificativas:

Incidência comum	→	CBS – 6%	IBS Estadual – 12%	IBS Municipal – 2%
Aquisição municipal	→	CBS – 0%	IBS Estadual – 0%	IBS Municipal – 20%
Aquisição estadual	→	CBS – 0%	IBS Estadual – 20%	IBS Municipal – 0%
Aquisição da União	→	CBS – 20%	IBS Estadual – 0%	IBS Municipal – 0%



Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

Perguntas e respostas

OBRIGADO!

Acesse e confira:

gov.br/reformatributaria

